

REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA ESCOLAS INDÍGENAS – RCNEI *VERSUS* PRÁTICA PEDAGÓGICA EM MATEMÁTICA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA NO CONTEXTO INDÍGENA POTIGUARA

Regina Coelly Mendes da Silva
Universidade Federal da Paraíba
reginacoelly2@hotmail.com

Jussara Clementino
Universidade Federal da Paraíba
jussaraclementino@gmail.com

Ângela Tereza Silva de Souza
Universidade Federal da Paraíba
anjinhateresa@hotmail.com

Resumo:

No intuito de verificarmos as percepções dos professores de Matemática das escolas indígenas Potiguara do Litoral Norte da Paraíba acerca do Currículo Indígena, em contraponto com os documentos que norteiam a referida prática, o presente estudo discute uma análise comparativa entre a prática docente, composta por quatro professores de Matemática do Ensino Fundamental I e II no ambiente indígena, com o Referencial Curricular Nacional adotado nas Escolas Indígenas pertencentes ao Litoral Norte da Paraíba e a Resolução nº 05 definida pelo Conselho Nacional de Educação- CNE.

Palavras-chave: Matemática; RCNEI; Currículo.

1. Introdução

Em 2012, o Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação – CNE decretou uma resolução que visa à educação diferenciada aos alunos indígenas, assegurando que esta população tenha direito a Educação Básica (BRASIL, 2012). Esta mesma resolução tem o objetivo principal promover a Educação Básica aos indígenas, bem como a estruturação no ensino, a valorização de suas línguas, o fortalecimento da cultura indígena, dentre outras (BRASIL, 2012).

O Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas – RCNEI, (BRASIL, 2012), trata-se de um documento que está estruturado basicamente por duas partes: a

primeira que trata da reunião de *fundamentos políticos, históricos, legais e antropológicos* voltados para uma proposta de educação escolar indígena e a segunda parte referindo-se a *prática pedagógica dos professores* (índios e não índios) diretamente ligados às ações de implementação e desenvolvimento das escolas indígenas. Entende-se que o documento é um parâmetro muito importante para a população indígena de nosso país tal qual por tratar de especificidade à cultura indígena.

Assim, este estudo tem como proposta inicial promover uma reflexão de como o RCNEI vem sendo divulgado e executado nas comunidades indígenas do Litoral Norte do estado da Paraíba. Para isso elegemos este estudo como sendo de cunho descritivo quanto ao seu objetivo, tendo por base em uma análise documental comparativa com relação a aquisição e tratamento de dados. Utilizamos como instrumento principal da coleta de dados um questionário semiestruturado realizado no mês de março de 2013 com quatro (04) professores de matemática que lecionam em turmas do Ensino Fundamental do primeiro e do segundo segmentos de escolaridade das escolas Indígenas Potiguara. O instrumento foi composto por seis itens que visou identificar a potencialidade (ou não) do material de apoio utilizado pelos professores das instituições educacionais estudadas segundo a proposta do RCNEI e o Currículo adotado pelas instituições participantes do estudo.

2. Conhecendo os Indígenas Potiguara do Litoral Norte da Paraíba

No estado da Paraíba, especificamente no Litoral Norte, contamos atualmente com trinta e duas (32) aldeias indígenas Potiguara, estas sendo distribuídas nos municípios de Rio Tinto, Marcação e Baía da Traição. Estima-se que sua população seja superior a dez mil indígenas. A presença da população indígena no litoral paraibano remete ainda aos primeiros anos do século XVI. No início, as escolas indígenas estavam subordinadas à lógica da conversão religiosa e ensinavam os índios utilizando catecismos vertidos para a língua geral. A junção destas comunidades caracteriza-se hoje por ser a maior população indígena localizado na região Nordeste.

Suas principais atividades econômicas estão voltadas:

[...] a pesca marítima (na Baía da Traição, Camurupim e Tramataia) e nos mangues (em quase todas as aldeias), o extrativismo vegetal (mangaba, dendê, caju e batiputá), a agricultura de subsistência (milho, feijão, mandioca, macaxeira, inhame, frutas etc.), a criação de animais em

pequena escala (galinhas, patos, cabras, bovinos, muares e cavalos), o plantio comercial de cana-de-açúcar (geralmente em terras arrendadas para usinas), a criação de camarões em viveiros, o assalariamento rural (principalmente nas usinas de cana) e urbano, o funcionalismo público (com destaque para as prefeituras) e as aposentadorias dos idosos. (CANIELLO, 2007, p. 18)

No âmbito da educação, as escolas indígenas brasileiras inseridas em sua cultura contam com um currículo regular, categorizado como nacional, podendo ser modificado de acordo com a sua comunidade e/ou acrescentando com disciplinas específicas à sua etnia, como o Tupi (língua Potiguara), arte e cultura, e, étno-história, desenvolvendo seu próprio acervo artesanal e suas pinturas, dentre outros aspectos culturais.

A Educação Escolar Indígena tem como base legal a Constituição de 1988, em seus artigos 210, 215 e 231, que assegura às populações indígenas o direito a uma educação escolar específica, diferenciada e intercultural. Também encontramos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (BRASIL, 1996), nos artigos 78 e 79, a instituição da modalidade Educação Escolar Indígena, reafirmando o texto constitucional de 1988 e dando visibilidade, tratamento específico e diferenciado no contexto da educação brasileira aos povos indígenas, o que possibilitou a realização de um trabalho característico à população indígena.

3. Desenvolvimento do Estudo

Na tentativa de entender como a comunidade indígena do Litoral Norte do estado da Paraíba se coloca diante do RCNEI e do currículo elaborado por estas instituições de ensino para atender a população indígena Potiguara no estado, foi elaborado um questionário, de caráter investigativo, tendo por finalidade fazer uma breve análise sobre as percepções dos professores de matemática do Ensino Fundamental em todos os seus segmentos de escolaridade. O currículo indígena em matemática nas instituições investigadas esta pautado nos documentos oficiais que regem a educação indígena no país. (BRASIL, 1996; 2012).

4. Apresentação e Análise de Resultados

Participaram do estudo quatro professores em atividades distribuídos nos nove anos de escolaridade do Ensino Fundamental. Os resultados a seguir apresentados não identificam os participantes do estudo, sendo estes caracterizados pelas letras A, B, C e D do nosso alfabeto.

A primeira questão referia-se ao conhecimento dos professores sobre o novo documento dirigido à Educação Indígena de nosso país, o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas – RCNEI (BRASIL, 2012; 2005) e de como estava sua aplicabilidade no currículo das escolas indígenas Potiguara, especificamente, no auxílio a preparação das aulas para os estudantes indígenas. Neste item obtivemos as seguintes respostas:

Considera essencial na elaboração de suas aulas (Professor A);
Não tem acesso ao documento (Professor B);
Apenas diz que faz uso (Professor C);
Às vezes utiliza na elaboração de suas aulas (Professor D).

De acordo com as respostas dos professores ao primeiro item investigado, podemos perceber que apenas um professor afirmou não ter acesso ao documento, enquanto que os outros três afirmaram conhecer a legislação que dirige a Educação Indígena e a existência do documento do RCNEI. Os professores também deixam transparecer, em sua maioria, que percebem este documento de forma superficial, não indicando nenhuma aplicação direta de suas diretrizes no currículo oficial indígena Potiguara. Desta forma o caráter formativo no qual o RCNEI está destinado a:

[...] oferecer a professores indígenas, gestores e técnicos dos sistemas de ensino e estudiosos da educação escolar em contexto de diversidade sociocultural uma sistematização de reflexões e subsídios que foram se constituindo nessas diferentes práticas pedagógicas e curriculares que se transformaram em princípios para as políticas públicas educacionais. (BRASIL, 2005, p. 05)

Assim, podemos observar que os principais objetivos do RCNEI, desde a sua primeira edição em 1998 (BRASIL, 1998), suas alterações sofridas com a posteriormente reedição em 2005, (BRASIL, 2005) e sua versão atualizada em 2012 (BRASIL, 2012) não se encontram em consonância com a realidade vivenciada nas comunidades do Litoral

norte paraibano, nem tão pouco percebemos sua aplicação na população indígena, às quais estão inseridos os professores pesquisados.

A segunda questão teve como principal intuito o de verificar as considerações particulares que cada professor tinha sobre as propostas trazidas em alguns dos documentos do RCNEI. Obtemos como resposta a este item que:

O RCNEI como documento orientador na preparação das aulas/
construção do currículo escolar indígena (Professor A);
O RCNEI é um instrumento facilitador no processo de aprendizagem é
específico para a aprendizagem indígena (Professor B);
É um instrumento facilitador no processo de aprendizagem é específico
para a aprendizagem indígena. (Professor C);
Acho de acordo; considero que não é apenas o RCNEI que atende ao que
a educação indígena necessita; se faz necessário o envolvimento da
comunidade (Professor D).

Por meio das justificativas dos pesquisados, ao segundo item investigado, podemos perceber que existe a compreensão do auxílio do documento como um norte para a preparação do currículo escolar indígena de todos os professores participantes, entretanto isto não garante a sua aplicação direta em sala de aula. Atentamos às considerações postas pelo professor D, que mostrou uma visão similar ao que diz a LDB (BRASIL, 1996, art. 12), quando ressaltou a importância de *criar processos de integração da sociedade com a escola*, visto que, a educação indígena está diretamente relacionada à sua comunidade.

No terceiro item investigado, os participantes foram indagados sobre a importância de o indígena estudar e adquirir conhecimentos matemáticos. Para este item obtivemos as seguintes respostas:

A Matemática trás contribuições para o desenvolvimento intelectual do
aluno (Professor A);
Associa os conteúdos matemáticos à cultura indígena (Professor B);
Vê o indígena como cidadão, o qual necessita de prepara-lo tanto para sua
cultura como para fora dela (Professor C);
A matemática inserida no dia a dia (Professor D).

Analisando as justificativas do terceiro item, percebemos que existe um contraponto com o que decorre nos documentos oficiais, pois sabemos que a matemática está inserida em todos os âmbitos, independente da sua cultura, em particular para à cultura indígena. Segundo o RCNEI (BRASIL, 2012) os estudantes devem ter direito ao princípio de equidade em todo o conhecimento humano, em especial, a matemática. É direito da

população indígena o acesso às informações, conhecimentos técnicos, científicos e culturais da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não indígenas. Desta forma, defendemos que o indígena deve conceber a matemática numa perspectiva abrangente ao seu núcleo comunitário, verificando as peculiaridades e interesses da comunidade à qual está inserido para compreensão de como o ensino/aprendizagem da matemática deve desenvolver-se, ao começar pelos docentes.

Seguimos para o quarto item. Com relação aos conteúdos que devem ser trabalhados no currículo indígena, o item quatro buscou verificar o que vem sendo desenvolvido pelos professores das escolas indígenas com relação ao conhecimento que o aluno indígena deve ter, especificamente na disciplina de matemática. Para este item obtivemos as seguintes respostas:

Na matemática apenas os conhecimento de Formas e operações (Professor A);

Deve aprender principalmente geometria (Professor B);

Matemática convencional aplicada no contexto indígena (Professor C);

Matemática convencional aplicada no contexto indígena (Professor D).

Baseado nas respostas dos professores para o item quatro foi possível verificar que dois dos professores contemplam a matemática de acordo com principais atividades geradas em suas comunidades, ou seja, destoa-se do que tenha sido citado pelo RCNEI (2005, p. 160), quando se refere a esta ciência como: “[...] a matemática é importante para a conquista da autonomia dos povos indígenas, ou seja, para a promoção da auto sustentação dos povos o estabelecimento de relações mais igualitárias com a sociedade brasileira mais ampla.”. O que nos leva a refletir sobre os conhecimentos matemáticos destacados pelos professores A e B, se são suficientes para que o aluno indígena atinja ao que estabelecem os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) no qual conduz o desenvolvimento das capacidades relacionadas ao raciocínio e abstração, estimulando os estudantes a descobrir que é possível imaginar, criticar, errar e criar de várias maneiras um conhecimento matemático que não precisa ser “pronto e acabado”.

Para um melhor entendimento das percepções dos professores pesquisados sobre a proposta curricular indígena da matemática, pedimos no quinto item que estes dissertassem sobre suas visões a respeito do tema. Em síntese, enquadrámos suas justificativas nas respostas que seguem:

Entendo que a matemática é importante, mas não justifica (Professor A);
Afirmou não ter “aprofundamento” no documento sobre a matemática (Professor B);
Verifica o documento como um “afunilador” dos parâmetros nacionais; atendendo especificamente à cultura indígena (Professor C);
Entende que o RCNEI é insuficiente; precisa de um material didático (livros) específico como “definidor” de currículo (Professor D).

Após observamos as respostas dos professores ao item cinco, que se referiu aos conhecimentos matemáticos trazidos no RCNEI, podemos observar que dois dos professores pesquisados não possuem conhecimento algum sobre a proposta curricular na matemática apresentada nestes documentos, fazendo uso no ambiente indígena de uma prática “convencional”. Assim, podemos constatar nas falas dos participantes a ausência de familiaridade com as leituras e entendimento dos documentos que regem a educação voltada ao estudante indígena.

Sobre o envolvimento da escola no equacionamento das políticas necessárias para um bom desempenho formativo, tentamos identificar esta questão no último item investigado, o item seis. Neste, buscamos compreender a forma que se deu a elaboração do currículo escolar nas instituições de ensino Potiguara e quais os princípios que nortearam o desenvolvimento curricular das mesmas.

Sim, trabalha com a cultura popular (professor A);
Sim, trabalha em base na cultura e agricultura (Professor B);
Não (Professor C);
Não (Professor D).

Com base nas respostas dos professores ao item seis podemos observar que a autonomia que é dada através dos Parâmetros Curriculares nacionais – PCN (BRASIL, 1998) voltados à Escola Indígena e de acordo com a cultura base das comunidades Potiguara, é comum e vigente a incorporação de aspectos peculiares das aldeias, como a pesca do caranguejo e marítima, extrativismo vegetal (mangaba, dendê e caju), a agricultura de subsistências (milho, feijão, mandioca, inhame, frutas, etc.), a criação de animais em pequena escala (galinhas, patos, cabras, bovinos e cavalos), e, artesanato, visto que estas atividades perpassam o desenvolvimento econômico do núcleo Potiguara. Desta forma, podemos verificar que apesar dos professores participantes do estudo terem evidenciado em itens anteriores o não conhecimento, na integra, do RCNEI, não tendo conhecimento direto com estes documentos, existe na escola uma formulação de currículo

direcionada aos seus preceitos que atendem a algumas necessidades dos povos indígenas Potiguara.

5. Considerações Finais

Após o momento de análise das justificativas dos professores, enquadramento nos tópicos que foram apresentados nas falas dos participantes da pesquisa aqui relatada e o estudo sobre os documentos oficiais indígenas estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais em seus diversos momentos históricos (BRASIL, 2005; 2012), foi possível estabelecermos um comparativo entre as propostas dos documentos supracitados com a prática de ensino em escolas indígenas dos professores de matemática pesquisados.

Assim, observamos que ainda existe um grande desconhecimento dos professores indígenas com relação aos documentos oficiais que regulam o ensino escolar, fato este que também é verificado na grande maioria dos professores que atuam no ensino regular de nosso estado (FARIAS; REGO, 2009). Também percebemos a existência de uma grande lacuna muito evidente para a efetivação do que defende os documentos oficiais quanto à afirmação do aluno indígena como sujeito de direito no acesso aos conhecimentos e aos princípios de equidade do ensino, a pluralidade cultural e ao acesso a pedagogias distintas que abranjam sua territorialidade, contemplando os conhecimentos da população indígena Potiguara, onde os professores pesquisados estão inseridos.

Ao término do nosso trabalho indicamos como sugestão a necessidade de formação continuada promovida aos professores indígenas, com intuito de conhecerem as diretrizes curriculares vigentes de nosso país que regem a educação indígena, possibilitando um maior envolvimento dos professores com esses documentos, para que dessa forma ele possa adquirir percepções relativas à importância do currículo escolar indígena. Promovendo também uma maior reflexão sobre sua prática em sala de aula, podendo ser instigados a conceber ideias que se baseiam na criação de um ambiente educacional adequado onde o indivíduo atue a partir da concepção de sua realidade e desenvolva ações que contemplem os regimentos estudados estando em consonância com as leis que asseguram os direitos do aluno indígena.

Acreditamos que esta pesquisa desperte na comunidade científica a necessidade de estudos voltados para o desenvolvimento de grupos minoritários, como é o caso dos indígenas, valorizando sua cultura, preservando seus diversos momentos históricos,

possibilitando a compreensão da aprendizagem escolar e tornando os conhecimentos matemáticos mais vivos na realidade do estudante quer seja índio ou não índio.

6. Referências

BRASIL. Senado Federal. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9394/96*. Ministério da Educação. Brasília, 1996.

_____. *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas*. Brasília. Ministério da Educação, 1998.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais de 5ª a 8ª séries: Matemática*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas*. Brasília. Ministério da Educação, 2005.

_____. Resolução nº 5, de 22 de junho de 2012. *Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica*. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica, 2012.

CANIELLO, M. *et al. Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Indígena*. Campina Grande, UFCG/CH, 2007.

FARIAS, S. A. D; RÊGO, R. G. *Uma análise da produção didática da matemática a distância: o caso da UFPB*. Dissertação de mestrado apresentado ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: UFPB, 2009.